

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

Igreja falhou no teste da moralidade e da justiça, mas abre porta a segunda oportunidade em reunião histórica com sobreviventes

- *Associação de Vítimas confrontou a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) com relatos emotivos de dupla revitimização no processo de reparação financeira e psicológica.*
- *Defendido o princípio da **dupla responsabilização**: quer a Igreja Católica quer o Estado Português têm o dever ético, moral e legal de assegurar a reparação integral e a proteção dos sobreviventes.*
- *CEP aceitou integralmente a ordem de trabalhos e mostrou-se recetiva à criação de um fundo de emergência para vítimas discriminadas e de extrema vulnerabilidade e a um acompanhamento psicológico ativo.*
- *Sobreviventes exigem auditoria externa e independente ao processo antes que esta seja imposta pelo Parlamento.*
- *Nova reunião técnica de trabalho será agendada para breve.*

Fátima/MAIA, 1 de outubro de 2026 – A Associação de Sobreviventes Vítimas de Abusos Sexuais no contexto da Igreja Católica em Portugal reuniu-se hoje com Sua Excelência, o Bispo D. Virgílio Antunes, seu vice Presidente D. José Carneiro e com o Secretário da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), Padre Manuel Barbosa.

O encontro, que misturou uma forte componente técnica com uma profunda e legítima carga emotiva, serviu para fazer o balanço crítico do processo de reparação em curso e exigir mudanças estruturais imediatas.

Durante a audiência, a CEP ouviu de viva voz três testemunhos concretos de sobreviventes. Os relatos descritivos provaram de forma inequívoca a injustiça e a dupla revitimização causadas pelas falhas operacionais do atual modelo.

O processo, que deveria trazer paz, respeito e dignidade, acabou por falhar e infligir ainda mais sofrimento aos sobreviventes.

. **"A Igreja falhou no teste da moralidade e da justiça, mas tem agora uma segunda oportunidade para corrigir o que correu mal"**, afirma a Direção da Associação DAR VOZ AO Silêncio.

O Princípio da Dupla Responsabilização: Igreja e Estado:

Um dos pontos centrais vinculados na reunião foi a urgência de clarificar a **dupla responsabilização que recai sobre a Igreja Católica e sobre o Estado Português**.

A Associação defende firmemente que o sofrimento das vítimas não pode ficar refém de um vazio institucional ou de uma transferência de culpas:

- **À Igreja Católica** cabe a responsabilidade histórica, institucional e moral de assumir as falhas do seu processo de reparação infernal e infeliz, garantindo compensações justas, transparentes e a reabertura de processos canónicos arquivados injustamente.
- **Ao Estado Português** cabe a responsabilidade civil, constitucional e de saúde pública de fiscalizar a defesa dos direitos humanos dos seus cidadãos, garantir o acesso eficaz e sem atrasos ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) para apoio psicológico e assegurar que a justiça comum atua face às falhas identificadas.

Nesse sentido, a Associação propôs à CEP a **constituição imediata de um grupo de trabalho independente, composto por personalidades da sociedade civil**, para avançar com uma auditoria externa urgente, permitindo à Igreja assumir a sua responsabilidade e corrigir as lacunas antes que a mesma auditoria venha a ser obrigatoriamente imposta por via parlamentar.

A bola está agora do lado da Igreja.

Agenda aceite na íntegra e Novas Conquistas

A Ordem de Trabalhos apresentada pelos representantes das vítimas foi **integralmente cumprida, aceite e reconhecida pela CEP**, assente em seis eixos inegociáveis:

1. **Transparência financeira:** Esclarecimento sobre os critérios de cálculo e cortes nas compensações, exigindo-se uma **Auditoria Externa Urgente** a todo o processo.
2. **Fim das cláusulas de renúncia:** Eliminação da renúncia a ações judiciais futuras no Termo de Recebimento.
3. **Acesso à informação:** Direito das vítimas à consulta individual do seu processo..
4. **Apoio psicológico eficaz:** Resolução dos atrasos do Grupo VITA e transição para o SNS.
5. **Reabertura de processos:** Reapreciação dos casos arquivados pelas instâncias canónicas onde a verosimilhança do sofrimento já tinha sido reconhecida.
6. **Participação associativa:** Inclusão permanente das associações nas decisões do processo.

O diálogo aberto permitiu ainda alcançar o acolhimento da CEP para duas novas propostas cruciais trazidas de forma espontânea pelos sobreviventes:

- **Combate ao Isolamento Social:** Alerta para a discriminação e perda de apoios locais que as vítimas enfrentam, sobretudo em meios pequenos, por terem "dado a cara". Foi sugerida a criação de um **fundo de emergência** de resposta rápida para situações de extrema vulnerabilidade.
- **Fiscalização do Apoio Psicológico:** Monitorização do percurso terapêutico de cada vítima para evitar situações de abandono por falhas na consulta, permitindo a mudança de psicólogo sempre que necessário.

Compromisso de continuidade

Os sobreviventes vincam que exigem fazer parte integrante de todos os grupos de trabalho e decisões futuras. Perante os resultados desta primeira abordagem, **as reuniões de trabalho com a CEP serão para repetir**, sendo o próximo encontro agendado para breve com o objetivo de regulamentar e desenvolver a criação do fundo de emergência e os mecanismos de auditoria.

Manuel Fernandes, Eng./Porta-voz / Fundador

Associação DAR VOZ AO Silêncio

Contacto Técnico - 934013317

geral@darvozaosilencio.pt

www.darvozaosilencio.pt